

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023

ATIVIDADES SÓCIO ESPORTIVAS

A **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**, por meio da **Secretaria de Esportes e Lazer**, torna público e dá conhecimento aos interessados que, mediante o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023, PROCESSO Nº 7537/2022**, regido pela Lei nº **13.019/2014** e alterações, bem como instrução **02/2016 do TCE/SP**, receberá documentação de **Organização a Sociedade Civil (OSC)**, Confessionais ou Filantrópicas, sem fins lucrativos, regularmente constituídas e funcionando por no mínimo 1(um) ano, sediadas ou com representação atuante e reconhecida na Unidade da Federação e que tenham interesse em firmar com esta Administração Municipal, através da Secretaria de Esportes e Lazer, **TERMO DE COLABORAÇÃO no PROJETO ESPORTIVO – Modalidade CICLISMO MTB, para atendimento às crianças e adolescentes na idade de 12 a 17 anos de idade e adultos, visando realização de atividades socioesportivas**, conforme critérios especificados a seguir:

RECEBIMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO CHAMAMENTO PÚBLICO.

O envelope contendo a proposta e a documentação das **Organizações da Sociedade Civil** deverão ser entregues na Sala de Licitações da Secretaria de Finanças e Administração, situada na Rua Miguel Prisco, 288 – Centro – Prédio do Paço Municipal, Ribeirão Pires /SP até às 08:30 horas do dia **14 de Fevereiro de 2023**, e será presidida pela Comissão de Seleção nomeada pela **Portaria nº 35143/2023**.

8.7. Uma vez protocolada a entrega dos envelopes, o seu conteúdo não será devolvido, sendo que a abertura dos mesmos será realizada pelos membros da Comissão de Seleção, em reunião aberta à participação dos interessados, no dia **14/02/2023, às 09h00**, na sala de licitações da Secretaria de Finanças e Administração, lavrando-se de tal reunião a respectiva ata.

1 – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital o Chamamento Público de Organização da Sociedade Civil, Confessionais ou Filantrópicas sem fins lucrativos, regularmente constituídas, doravante chamadas de OSC's, interessadas em firmar com a Secretaria de Esportes e Lazer, **TERMO DE COLABORAÇÃO** para gestão do **Projeto Esportivo na Modalidade Ciclismo MTB, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes na idade de 12 a 17 anos de idade do Município de Ribeirão Pires**, podendo ser formalizado a partir da data de sua homologação, conforme interesse da Administração Pública, e o prazo ser prorrogado de acordo com o previsto na Lei nº 13.019/2014 e alterações e lei nº 8.666/93, condicionando ao exercício financeiro e em conformidade com a disponibilidade orçamentária, atendidas as condições mínimas de participação estabelecidas neste instrumento, bem como no termo de referência anexo.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

2 – DOS ANEXOS

2.1 Integram este Edital os Chamamentos Públicos, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes documentos:

I. ANEXO I - Termo de Referência

II. ANEXO II - Minuta do Instrumento do TERMO DE COLABORAÇÃO

III. ANEXO III e IV - Modelo de Plano de Trabalho

IV. ANEXO V - Quadro de Habilitação ou formação de profissionais

V. ANEXO VI - Modelo de Declarações

3 – DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1 Poderão participar no Chamamento Público as OSC's regidas por estatuto, quando serão considerados os seguintes critérios:

1		Estar a entidade com no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo na Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ
2		Estar em dia com suas obrigações fiscais;
3		Estar com os objetivos voltado à promoção de atividades e finalidades de relevância pública, educacional e social.
4		Estar constituída de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, assim como sobre as operações patrimoniais realizadas.
5		Estar previsto em estatuto que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza, que preencha os requisitos da lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
6		Que tenha publicado, por qualquer meio eficaz, o encerramento do exercício fiscal, das demonstrações financeiras da entidade no último exercício, anterior ao Chamamento Público;
7		Possuir em seus quadros, independente da natureza do vínculo, um responsável técnico graduado em Educação Física Bacharel ou Licenciatura Plena e registrado no CREF.
8		Demonstrar experiência prévia na realização, com efetividade do objeto da parceria, por meio de comprovação de atendimento.

4. DO IMPEDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

4.1. Está impedida de celebrar Termo de Colaboração a OSC que:

A. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

B. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

C. Tenha como dirigente membro do Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão/entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo – se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

D. Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

D1. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

D2. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

D3. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recursos com efeito suspensivo;

E. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

1. Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública;
2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
3. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionada, por prazo não superior a dois anos;
4. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”;

F. Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

G. Tenha entre seus dirigentes pessoas:

1. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
2. Julgadas responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
3. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

§1º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no §2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a OSC estiver em situação regular no parcelamento.

§2º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

§3º Não serão considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos de políticas públicas.

5. DA EXECUÇÃO DOS ATENDIMENTOS NAS ATIVIDADES SÓCIO ESPORTIVAS

5.1. Ao responder ao presente CHAMAMENTO PÚBLICO, pleiteando a habilitação para celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, cada OSC interessada aderirá às condições estabelecidas pela **Secretaria de Esportes e Lazer de Ribeirão Pires** na instrumentalização do **TERMO DE COLABORAÇÃO**, demonstrando aceitá-las integralmente conforme estabelecido no mesmo, bem como no termo de referência.

6. DOS ENVELOPES

6.1. Os projetos e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes, fechados e indevassáveis, contendo, preferencialmente, em sua parte externa, além do nome do proponente os seguintes dizeres:

ENVELOPE I – DOCUMENTAÇÃO

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2023

COMISSÃO MUNICIPAL DE SELEÇÃO

INTERESSADO:

CNPJ:

PROJETO: **Aulas de Ciclismo MTB para crianças e adolescentes de 12 a 17 anos de ambos os sexos.**

ENVELOPE II - PLANO DE TRABALHO

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2023

COMISSÃO MUNICIPAL DE SELEÇÃO

INTERESSADO:

CNPJ:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

PROJETO: Aulas de Ciclismo MTB para crianças e adolescentes de 12 a 17 anos de ambos os sexos.

6.2. A entrega da documentação acima estabelecida implica manifestação de interesse na parceria, bem como na aceitação e submissão, independente de manifestação expressa, a todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.

7. DO ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

I) Folha de rosto contendo:

- a)** Nome e endereço completo da sede da organização proponente
- b)** Nome e telefone da pessoa responsável pela elaboração da proposta
- c)** Nome e telefone do representante legal da proponente
- d)** Demais documentos abaixo relacionados:

1	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
2	Certidão Negativa de Débitos do FGTS;
3	Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
4	Cópia de estatuto registrado e de eventuais alterações;
5	Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
6	Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, com endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e o número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de cada um deles, função na OSC, além da nacionalidade, estado civil, telefone e e-mail para contrato, bem como cópia destes documentos, de seu representante legal;
7	Comprovação de que a OSC funciona no endereço por ela declarado;
8	Cópia da inscrição da OSC no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
9	Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de no mínimo um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízos de outros:
a	Instrumentos de parceria firmados com órgãos ou entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
b	Relatório de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
c	Currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes e tesoureiros;
d	Atestado de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

10	Declarações conforme anexo VI.
----	--------------------------------

- 7.1. **Parágrafo Único** Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com Efeito de Negativa, conforme Art. 206, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966).

8. DO ENVELOPE 02 - PROJETO

Deverá conter o PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DOS ITENS DE PONTUAÇÃO.

8.1. O Plano de Trabalho deverá ser elaborado em papel que identifique o proponente, redigido em língua portuguesa, salvo quanto as expressões técnicas de uso corrente, devidamente datado, assinado por seu representante legal, apresentado em páginas numeradas sequencialmente, contendo índice dos itens de pontuação, conforme Anexo III e IV (Plano de Trabalho), em 1 (uma) via original contendo os seguintes elementos:

A.) Nome, endereço, CNPJ, Inscrição Estadual ou Municipal, se houver;

B.) Número do Edital de Chamamento

C.) Descrição do objeto do presente chamamento;

D) Valor do Projeto, em moeda corrente nacional, devendo ser considerado 02 (duas) casas após a vírgula

E.) Valor total limite para execução deste Termo de Parceria: R\$260.000,00 (duzentos e secenta mil reais).

8.2. Serão Desclassificados os Projetos:

8.1.1. Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

8.1.2. Omissos ou vagos, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

8.1.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital;

9. DOS CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO

O Projeto será analisado pela Comissão de Seleção, auxiliada por profissionais indicados pela Secretaria de Esportes e Lazer, que seguirá os critérios estabelecidos neste Edital.

9.1. AS OSC's serão classificadas em ordem decrescente de pontuação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

9.2. As OSC's poderão interpor recurso quanto a fase de Classificação de Projetos, no Prazo de 5(cinco) dias, a partir da data da decisão, que deverá ser encaminhado à Comissão de Seleção do Chamamento Público, através de protocolo, no horário das 08:00 às 17:00 horas, endereçadas à Comissão de Seleção de Chamamento, Rua Miguel Prisco, 288 - Centro - Ribeirão Pires /SP.

9.3. A OSC's obedecerão aos critérios de classificação, atendendo ordenadamente e prioritariamente aos itens abaixo descritos:

9.4. DA PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.4.1. Estando cumpridos os requisitos indicados no item 08 deste Edital, serão analisados pela Comissão de Seleção, os documentos relativos a pontuação das propostas, por linha de ação, de acordo com os seguintes critérios:

A) O Proponente manteve parcerias com Secretarias de Esporte de Prefeituras da região do Grande ABC, nos últimos 5 (cinco) anos:

Não = zero pontos

Sim, 5 (cinco) pontos, individualmente, para cada uma das parcerias. Exemplo: se forem 3 processos no ano de 2018 serão 15 pontos somados. Apresentação de Documentos comprobatórios obrigatória.

B) O Proponente manteve parcerias através de fomento ou termo de parceria, sempre na área esportiva, com o Governo do Estado de São Paulo ou Autarquias Estaduais, nos últimos 5 anos. Apresentação de Documentos comprobatórios obrigatória:

Não = zero pontos

Sim, 5 (cinco) pontos, individualmente, para cada uma das parcerias. Exemplo: se forem 3 processos no ano de 2018 serão 15 pontos somados.

C) O Proponente manteve parcerias através de fomento ou termo de parceria, sempre na área esportiva, com o Governo Federal ou Autarquias Federais, nos últimos 5 anos. Apresentação de Documentos comprobatórios obrigatória:

Não = zero pontos

Sim, 5 (cinco) pontos, individualmente, para cada uma das parcerias. Exemplo: se forem 3 processos no ano de 2018 serão 15 pontos somados.

D) Adequação do valor total das despesas indicadas no anexo IV, ao valor total dos limites indicado no item 9.4.1 “E” deste Edital:

O valor proposto é inferior ao valor indicado no item 9.4.1 “E” do Edital, na faixa de R\$1,00 a R\$50.000,00 = 5 pontos;

O valor proposto é inferior ao valor indicado no item 9.4.1 “E” do Edital, na faixa de R\$50.001,00 a R\$100.000,00 = 10 pontos;

O valor proposto é inferior ao valor indicado no item 9.4.1 “E” do Edital, em mais de R\$100.000,00 = 15 pontos.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

E) Possui recursos próprios ou oriundos da iniciativa privada, que facultativamente possa destinar para incremento de ações, serviços ou materiais não previstos neste Edital, visando aperfeiçoar ou melhorar o desenvolvimento do projeto:

Recursos oferecidos na faixa de R\$20.000,00 a R\$50.000,00 = 5 pontos;

Recursos oferecidos na faixa de R\$50.001,00 a R\$100.000,00 = 10 pontos;

Recursos oferecidos acima de R\$100.000,00 = 15 pontos.

F) A OSC está filiada as Federações Paulista de Esportes:

Não: 0 (zero) pontos;

Sim, 5 (cinco) pontos, individualmente, para cada uma das parcerias. Exemplo: se forem 3 processos serão 15 pontos somados.

G) A OSC está inscrita ou participa de competições realizadas por órgãos nacionais da modalidade Ciclismo MTB:

Não: 0 (zero) pontos;

Sim: 5 (dois) pontos, para cada uma das modalidades.

H) O Proponente está inscrito e aprovado no Cadastro Estadual de Entidades – CEE do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo - CRCE

Não: 0 (zero) pontos;

Sim: 5 (dois) pontos.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atingirem a pontuação mínima de 20 (vinte) pontos, para atender assim, o grau, mínimo de adequação das propostas.

10. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

FASE I – Serão abertos os envelopes nº 1 dos proponentes e conferidos se foram atendidos todos os itens solicitados no item 7 deste Edital. **Os proponentes que apresentaram todos os documentos serão classificados para a fase II.**

FASE II - Serão abertos os envelopes nº 2 dos proponentes classificados. Todos os documentos serão vistos pelos presentes, inclusive os envelopes que não foram abertos, em seguida será encerrada a Reunião.

10.1. Os documentos da FASE II, serão analisados pela Comissão de Seleção, e pontuados nos termos do subitem 9.4.1. critérios de **A** a **H**.

10.2. A Comissão de Seleção terá total independência para a análise, que deverá ser realizada no prazo de 05 dias corridos, sendo após, divulgado a classificação das propostas na ordem decrescente da pontuação obtida.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

10.3. No caso de empate, a classificação destas será efetuada considerando vitoriosa aquela que obtiver a maior nota no critério **A** do subitem 9.4.1. deste Edital, persistindo o empate, será considerada a maior nota no critério **D** do subitem 9.4.1. deste Edital.

10.3.1. Havendo absoluta igualdade de condições, a Comissão de Seleção para efeito de classificação, realizará sorteio.

10.4. A Comissão de Seleção, com apoio da Secretaria de Esporte e Lazer, deverá tornar pública a lista de classificação das propostas analisadas, cabendo recurso de tal decisão.

10.5. O recurso administrativo poderá ser interposto, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado e será endereçado ao Secretário de Esportes e Lazer, que o julgará, no máximo, em igual prazo, computado do dia seguinte ao término do prazo recursal.

10.6. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. O titular da Secretaria de Esporte e Lazer homologará o resultado chamamento público, providenciando a veiculação do referido ato no sítio oficial da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires.

10.8. A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, das normas deste edital e da legislação pertinente, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantida a defesa prévia e o contraditório, as seguintes penalidades:

I. Advertência

II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

12. DO TERMO DE COLABORAÇÃO

12.1. A celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, objetivando o atendimento nas atividades sócio esportivas, ficará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros da Secretaria de Esportes e Lazer de Ribeirão Pires.

12.2. O TERMO DE COLABORAÇÃO será firmado conforme a meta pactuada prevista no Plano de Trabalho apresentado pela OSC, em consonância com o interesse público.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

12.3. Fica assegurada a Secretaria de Esportes e Lazer de Ribeirão Pires, revisar, a qualquer tempo, as cláusulas do TERMO DE COLABORAÇÃO, considerando-se integral cumprimento da função do interesse público, bem como celebrar termos aditivos ao TERMO DE COLABORAÇÃO, sempre vedado o aditamento que importe em alteração do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, sempre com divulgação às OSC's atendendo fielmente ao princípio da publicidade e moralidade administrativa.

12.4. A Gerência de Suprimentos, através da Secretaria de Finanças e Administração, convocará, para firmar TERMO DE COLABORAÇÃO, a OSC que for declarada habilitada por meio do presente Edital de Chamamento Público, nos moldes do instrumento de TERMO DE COLABORAÇÃO, de acordo com a necessidade e o interesse da Administração Pública.

12.5. As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros do **TERMO DE COLABORAÇÃO** a ser firmado, serão cobertas pela Dotação Orçamentária específica para o exercício de 2023.

12.6. A OSC declarada habilitada por meio do presente Edital de Chamamento Público deverá manter todas as condições de habilitação vigente e atualizada no momento em que for convocada para firmar TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como durante todo o período de sua execução.

12.7. Para a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, a OSC deverá abrir uma conta- corrente numa instituição bancária pública, obrigatoriamente, para recebimento e movimentação apenas dos recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO.

12.8. O instrumento do TERMO DE COLABORAÇÃO terá vigência 12 (doze) meses, conforme créditos orçamentários disponíveis em cada exercício financeiro, admitida a prorrogação nos termos da lei.

13. – DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho, deverá ser apresentado, contendo no mínimo as informações que horas são solicitadas nos modelos dos anexos III e IV deste Edital, o qual possibilitará observar ou analisar:

13.1. A realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas.

14.2 Descrição pormenorizada dos objetivos e das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidos e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter.

14.3. Descrição da metodologia de trabalho para se atingir as metas e objetivos propostos, devendo estar claro e como e o que fazer.

14.4. Prazo para execução das atividades e para o cumprimento das metas.

14.5. Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

14.6. Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública.

14.7. Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto. Será admitido a contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a prestação dos serviços necessários.

14.8. Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico.

15 – DAS RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE QUANDO CELEBRADO O TERMO DE COLABORAÇÃO

15.1. Estar devidamente habilitada conforme Lei Federal 13.019 de 2014 e suas alterações.

15.2. Atender integralmente as normas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Esportes e Lazer.

15.3. Efetuar a inscrição dos alunos em cada atividade.

15.4. Apresentar relatório de Atividades bimestral e anual, com a lista dos alunos por projeto.

15.5. Apresentar a prestação de contas, que deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

15.6. A prestação de contas será mensal, podendo ser entregue até o décimo dia útil do mês posterior à utilização, para que não ocorra a suspensão temporária da parcela subsequente. A prestação de contas final deverá ser entregue até 60 dias após o encerramento do Termo.

15.7. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

16 – DA REVOGAÇÃO DO EDITAL

16.1. A Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires poderá revogar o presente Edital de Chamamento Público, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo em caso de ilegalidade.

17. DA FASE DE CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

17.1. A execução dos instrumentos jurídicos a serem firmados será acompanhada pela Secretaria de Esportes e Lazer, mediante procedimentos de supervisão indireta, observando-se o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nos referidos instrumentos.

17.2. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da OSC poderá ensejar a revisão das condições estipuladas, a critério da Secretaria de Esportes e Lazer, por meio de Termo Aditivo, e, em caso de inviabilidade operacional, a rescisão do instrumento proveniente deste Edital.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

17.3. Constitui motivo para a rescisão ou denúncia do instrumento jurídico a ser firmado o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no instrumento de TERMO DE COLABORAÇÃO.

17.4. O TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser firmado a partir da data da homologação e os repasses serão efetuados no exercício financeiro corrente ou seguinte, de acordo com o cronograma de desembolso.

17.5. O TERMO DE COLABORAÇÃO assinado será publicado, por extrato, na Imprensa Oficial do Município de Ribeirão Pires.

17.6. A OSC que vier a firmar TERMO DE COLABORAÇÃO com a Secretaria de Esportes e Lazer fica obrigada a apresentar as prestações de contas nos termos da legislação em vigor, sujeitando-se, ainda, se constatada irregularidade ou inadimplência, a suspensão da liberação e/ou devolução de recursos.

17.7. Caso a OSC vencedora recuse-se a assinar o TERMO DE COLABORAÇÃO ou esteja impedida por qualquer outro motivo, será considerada desistente e chamada a próxima habilitada para a assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO, respeitada a ordem de classificação, não ficando a Secretaria de Esportes e Lazer responsável por quaisquer ônus ou obrigação de restituir eventuais perdas decorrentes da desistência.

17.8. A OSC que possuir mais de uma unidade de atendimento deverá atender as exigências contidas no presente Edital de Chamamento Público para cada uma delas, incluindo a inscrição no CNPJ.

17.9. No que for omissa o Edital aplicar-se-ão as disposições da lei Federal no 13.019/14.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Até dois dias úteis antes data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, no e-mail: licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br, ou pessoalmente na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – Paço Municipal – Centro – Ribeirão Pires – S.P. – CEP: 09400-110, no horário das 08:00 às 17:00 horas dos dias úteis.

18.1.1. Pessoa Jurídica: as impugnações deverão vir acompanhadas de documento que comprove a capacidade jurídica do signatário da impugnação, em representar a impugnante. Quando os documentos forem cópias, as mesmas deverão vir devidamente autenticadas.

18.1.2. Pessoa Física: a impugnação deverá estar acompanhada dos documentos pessoais (RG, CPF, comprovante de residência). Quando os documentos forem cópias, as mesmas deverão vir devidamente autenticadas.

18.1.3. Caso a impugnação não vir acompanhada dos documentos constantes nos itens 18.1.1 e 18.1.2, a mesma não será recebida, ou quando o caso, julgada sem apreciação do mérito.

18.2. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data-limite para entrega da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

18.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

18.4. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

18.5. A Secretaria de Esporte e Lazer resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

18.6. As empresas contratadas pela Proponente para execução deste projeto, deverão observar as seguintes condições:

I) Deverá constar no campo descritivo das Notas Fiscais: SESP-PRC-2021/002242-DM / Convênio nº 313/2021.

II) Para o efetivo pagamento de Fornecedores e Prestadores de serviços da OSC, na data do pagamento, deverão ser atendidas as seguintes condições:

A) Os materiais adquiridos ou serviços prestados devem estar em conformidade com o código e descrição da atividade econômica principal e/ou secundária no CNPJ;

B) Não ter pendência no CADIN Estadual;

C) Caso tenha atividades sujeitas a incidência de ICMS, deverá estar inscrita no SINTEGRA, com situação Cadastral: Ativo;

D) Os dados constantes no CNPJ devem estar de acordo com os indicados no SINTEGRA.

E) Os documentos comprobatórios das condições descritas nos itens **A, B, C e D**, deverão ser anexados as Notas Fiscais, sob risco de glosa.

18.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

18.8. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

18.9. Os materiais e equipamentos adquiridos por esta parceria, remanescentes ao final dos trabalhos, deverão ser entregues a Secretaria de Esporte e Lazer, aos cuidados do Gestor nomeado para o Termo de Colaboração.

18.10. O presente Edital terá vigência de três anos ou no término do 12º mês de execução das atividades previstas neste Edital, a contar da data da homologação do resultado definitivo.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

18.11. Os interessados em participar deste Edital de Chamamento Público ficam, desde já, cientes de que, uma vez firmados os termos de colaboração, o repasse da verba per capita terá como pré-requisito a prova dos pagamentos das despesas apresentadas no Plano de Trabalho aprovado.

18.12. Ao responder ao presente Chamamento Público, pleiteando a habilitação para a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, cada OSC interessada aderirá as condições estabelecidas no TERMO DE COLABORAÇÃO, demonstrando aceitá-las integralmente.

18.13. O presente Edital de Chamamento Público estará disponível aos interessados no site da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, www.ribeiraopires.sp.gov.br.

18.14. Não serão aceitos fax, e-mails ou protocolos em substituição aos documentos solicitados.

18.15. Fica eleito o foro de Ribeirão Pires para dirimir quaisquer questões ou controversas oriundas da execução deste Edital de Chamamento Público, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

EMERSON APARECIDO GILARDE
Presidente da Comissão

ANDERSON RODRIGUES GRECCO
Secretário de Esportes e Lazer

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1 a. Título: PROJETO CICLISMO MTB

1b. Objeto: ATIVIDADES SÓCIO ESPORTIVAS

1c. Secretaria: SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

1d. Período de Execução: 12 (doze) meses.

2. OBJETIVOS

2.1 – Geral:

O projeto visa oferecer a Ribeirão Pires formar bons cidadãos através de Ciclismo MTB. Nesse sentido, o projeto visa ainda a massificação do Ciclismo MTB no município de Ribeirão Pires; promoção do desenvolvimento e a integração da crianças e do adolescente em nossa comunidade, assim como suas famílias, conscientizando para a importância do esporte como veículo de educação, responsabilidade e compromisso em atividades, jogos, torneios e campeonatos, além de incentivar a prática desportiva e o lazer, oferecendo à população, mais uma oportunidade de diversão e entretenimento. Esses objetivos deverão ser alcançados através da criação e da manutenção das aulas de Ciclismo MTB nos seguintes locais: Complexo Ayrton Senna e Bike Park, com crianças e adolescentes de 12 a 17 de ambos os gêneros.

3. Apresentação do Projeto

3.1. Nome do Projeto: Centro de Formação Esportiva – CICLISMO – RIBEIRÃO PIRES

3.2. JUSTIFICATIVA:

A bicicleta segue em um momento muito positivo em todo o Brasil. O ciclismo é um esporte que envolve um atleta e um equipamento: a bicicleta. Se pensarmos assim, é possível chamar de ciclismo quaisquer modalidades que envolvam essas duas partes, como o ciclismo de estrada, o ciclismo de pista, o mountain bike e o BMX. A modalidade mais tradicional talvez seja o ciclismo de estrada. Ciclismo é um esporte praticado com uma bicicleta. O praticante desse esporte é chamado ciclista. Em uma competição de ciclismo, o objetivo do corredor é concluir o percurso da prova antes dos demais competidores. O ciclismo é uma atividade física rítmica (que repete o mesmo movimento diversas vezes). O esporte ajuda a desenvolver o sistema cardiovascular, na perda de gordura e, também a força e resistência nos músculos da perna. O ciclismo começou como esporte, na Inglaterra durante o século XIX. Desde essa época, as bicicletas foram aperfeiçoadas para alcançar grande velocidade. A primeira grande prova de ciclismo foi realizada em 1869, e tinha uma distância de 123 km entre Paris-Rouen. O ciclismo participou em 1896, da estreia dos Jogos Olímpicos na era moderna. Existem algumas categorias principais no ciclismo que são: - Provas em pistas (feitas de madeira ou concreto, com inclinação de 41° nas curvas e com 250 m de extensão). - Provas em estradas (disputadas em ruas geralmente asfaltadas) - BMX (competição baseada no MotoCross, chamada de bicicross) PREF MUN DE RIBEIRAO PIRES SESPREQ2021000597DM - Provas em montanhas ou MTB (mountain bike). Em mountain bike, existem diversas subcategorias divididas em mais ou menos radicais como: - Cross Country (todo tipo de terreno) - Free Ride (estilo mais extremo de saltos e decidas) - Down Hill (versão mais perigosa do MTB). Utilizando os fundamentos no ensino do esporte, para atender jovens em idade escolar, formando

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

cidadãos e aproximando-os de uma modalidade olímpica, também com viés de inclusão social, ao beneficiar 70 jovens entre 07 a 17 anos, com a implantação de um núcleo do Programa da Secretaria de Estado de Esportes, o CENTRO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA – CICLISMO – RIBEIRÃO PIRES, para o atendimento aos beneficiários com a qualidade e as condições técnicas da modalidade, com o sucesso esperado. Esta proposta tem como objetivo realizar um trabalho formado voltado para jovens talentos, para fomentar e desenvolver a modalidade e o ensino orientado da modalidade CICLISMO. Utilizando-se das benesses contidas nos preceitos esportivos, como superação, disciplina, planejamento, metas, objetivos dentre outros – o ciclismo e suas disciplinas formem além de atletas cidadão plenos e íntegros para o enfrentamento da sociedade de forma digna e com clareza de suas ações. Contaremos com a filiação perante a Federação Paulista de Ciclismo, que pretende oferecer programa de atividades físicas da modalidade para o público infantil e jovem, cumprindo seu papel social e pedagógico de atendimento. Pretendemos utilizar a prática esportiva orientada, e os benefícios da prática de atividade física, associados à saúde e bem-estar, tanto em crianças com em adolescentes, são amplamente divulgados pela literatura. Importantes estudos demonstram evidências a respeito das vantagens, biológicas e psicossociais de uma vida ativa. Neste momento, que passamos pela pandemia da Covid 19, que nos atinge a todos, muito importante termos essa possibilidade de associar aos benefícios físicos e psíquicos a prática esportiva, ressaltando que a modalidade pode ser prática, sem contato físico, na modalidade Põem-se, além de outras abordagens sociais, tais como: diminuição da evasão escolar, afastamento de jovens em situações de vulnerabilidade, violência e drogas, dentre outros. A prática pedagógica, alicerçada em metodologia adequada, será ministrada por Educadores Físicos, profissionais especialistas graduados na modalidade, aproveitando a energia, motivação, experiências e habilidades das crianças e adolescentes, enriquecendo-as e estimulando-as ao aprendizado técnico dirigidos.

4. Objetivos do Projeto:

4.1. Objeto geral: Atividade continuada, ensino da modalidade ciclismo, para jovens com potencial para desenvolver suas habilidades.

4.2. Específicos:

Aprimorar as suas capacidades físicas, técnicas e táticas dentro do desporto na modalidade de CICLISMO para formar um atleta completo;

- Atender crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 12 a 17 anos;
- Oferecer as melhores condições técnicas para aulas, treinos e participação em eventos competitivos aos beneficiários do projeto;

5. Beneficiários

Público alvo a ser abrangido

5.1. Beneficiários Diretos: o Projeto atenderá crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 12 a 17 anos, sem qualquer tipo de discriminação de etnia, raça, religião e gênero, será dada prioridade para as crianças que possuam aptidão satisfatória e que estejam inseridas na rede de ensino do Município.

60 beneficiários sendo:

60 na modalidade de ciclismo MTB, independente da categoria e sexo;

Ciclismo MTB – Categorias Masculino e Feminino;

Categoria SUB 12 (12 anos)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

Categoria SUB 13 (13 anos)

Categoria SUB 14 à 17 (14 à 17 anos)

5.2. Beneficiários Indiretos: Memória de Cálculo – 3,77 pessoas por família – 241,28 pessoas impactadas em decorrência das ações do projeto.

6. METODOLOGIA

Modalidade Ciclismo

A proposta do “Centro de Formação Esportiva – Ciclismo – Ribeirão Pires” pretende desenvolver a modalidade de Ciclismo MTB com isso utilizaremos dois eixos formadores e/ou duas abordagens;

Educativo, formativo, entender a relação entre os princípios éticos e o conceito de responsabilidade social dentro a prática continuada do esporte;

Trabalhar as especificidades de cada beneficiário, apto a atuar com desenvoltura, construindo e reconstruindo novos conhecimentos individuais e coletivos, com mais solidez técnico-profissional e pessoal. Caracterizando assim, um perfil de atuação reflexivo, acadêmico – prático e com uma visão multidisciplinar, analisar as habilidades necessárias ao gerenciamento e potencialização dos diferentes níveis de individualidade, à utilização de ferramentas de acompanhamento e de controle das ações previstas com os resultados apurados em avaliações e observações contínuas em treinamentos e resultados diante da performance no decorrer da vigência do projeto, conscientizar o beneficiário, da importância de usarem o planejamento como uma das práticas no controle e desenvolvimento do Treinamento Desportivo;

Abordagem Formativa Foco educativo e preventivo relacionado à segurança no trânsito e o uso consciente das duas rodas, meio de transporte alternativo e sustentável incorporando a ação de pedalar como uma atividade olímpica, trabalhando no fomento do direcionamento do alto rendimento.

Pretende-se, socializar jovens por meio de prática esportiva, oferecendo locais seguros, profissionais qualificados, acompanhamento técnico especializado, e ensino da sistemática dos fundamentos do Ciclismo, ao desenvolvimento esportivo e integral dos alunos beneficiados.

Pretende-se participar de eventos oficiais do calendário paulista e brasileiro, realizado por entidades de classe representativa da modalidade, de forma a proporcionar o intercâmbio cultural com princípios esportivos e trocas significativas com oponentes.

Abordagem do Ciclismo e suas Especificidades

Princípios para as duas disciplinas – Mountain Bike

- a) Conteúdo Teórico: Ensinar as regras, condutas, subsídios táticos e técnicos e respeito a sinalização.
- b) Treinamento Prático: fundamentos técnicos de iniciação com a repetição de exercícios para a sua assimilação e aumento de complexidade de acordo com as habilidades dos alunos.
- c) Preparação técnica: fundamentos técnicos pré-competição para desenvolvimento de habilidades e melhora dos resultados.
- d) Vivências esportivas: compartilhamento de experiências vividas em competições de ciclismo, alinhadas com a avaliação dos resultados apresentados pelos atletas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

7. RESULTADOS ESPERADOS

Definir os resultados quantitativos e qualitativos a serem atingidos (descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a ser executadas, devendo esclarecer com precisão e detalhamento aquilo que se pretende realizar ou obter, bem como quais os meios utilizados para tanto).

METAS QUALITATIVAS:

META: promover uma melhoria na qualidade de vida de crianças e adolescentes, com iniciáticas esportivas no processo de performance;

INDICADOR: Relatório Técnico

META: Fazer com que as crianças sintam o prazer do trabalho em equipe e consequentemente a interação, além do ambiente familiar ampliando os vínculos sociais;

INDICADOR: Relatório Técnico

META: Visitas culturais relacionadas a modalidade, intercâmbio e vivências;

INDICADOR: Relatório do gestor técnico.

METAS QUANTITATIVAS:

META: receber e atender 60 crianças e adolescentes de ambos os sexos no projeto;

INDICADOR: Relatório de inscrições dos alunos.

META: dividir os 60 alunos de acordo com as categorias, modalidade e horários das turmas.

INDICADOR: Relatório de inscrições de demanda.

META: atender as duas disciplinas em ambos os sexos;

INDICADOR: relatório regular do gestor técnico.

META: cumprir o calendário de eventos de ambas disciplinas;

INDICADOR: relatório de inscrições de demanda.

META: 100% de participação

INDICADOR: súmula dos eventos.

A aferição e comprovação das metas propostas se darão pelo registro da frequência e participação dos alunos nas atividades do projeto, participação em eventos oficiais, registro fotográfico e filmagem das atividades além de Relatório Técnico e documentação inerente à prestação de contas do projeto.

8. Processo de Monitoramento e Avaliação

Apresentar os indicadores quantitativos e qualitativos a partir dos resultados definidos, bem como os meios de verificação a serem utilizados, levando em consideração a análise do território e da política local.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

Resultado(s)	Indicadores Qualitativos	Indicadores Quantitativos	Meios de Verificação
Treinamentos Ciclismo de MTB	Motivação e Desempenho	Frequência dos Beneficiários	Lista de Presença
Participação Eventos de Ciclismo	Interesse em participar	Participação em 100% da proposta	Devolutivas por meio de rodas de conversas
Desempenho nas provas	Evolução da performance	Resultados gradativos	Resultados oficiais
Reforço Nutricional dos atletas	Kit lanche após o treino diário e eventos	1kit por atleta nas aulas e 02 kits, por atleta em eventos	Notas Fiscais, foto e filmagem, listagem de recebimento
Equipe multidisciplinar para aulas, treinos competições	Corpo técnico com profissionais qualificados comprovada experiência	01 Coordenador 02 técnicos Auxiliar Técnico	Contrato de prestação de serviços, relatórios de trabalho, foto e filmagem

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

9.1. A Organização da Sociedade Civil poderá contar com quadro de funcionários capacitados abaixo:

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	FUNÇÃO DO PROJETO	Nº DE HORAS/ MÊS	VÍNCULO (CLT, prestador de serviços, voluntário)
Professor de ciclismo – Especificação técnica: com CREF, atuação de mais de 05 anos na modalidade de ciclismo sob supervisão da FPC – Federação Paulista de Ciclismo.	Técnico Ciclismo	36 horas	Prestador de Serviço Pessoa Jurídica
Professor Coordenador do Projeto – Especificação técnica: com CREF, elo entre a gestão administrativa e pedagógica do projeto, objetivando aprimorar todos os processos e/ou ações previstas no projeto ao objeto e objetivos finais previstos no plano de trabalho inicial.	Gestão Administrativa e Pedagógica do Projeto	40 horas	Prestador de Serviço Pessoa Jurídica
Auxiliar Técnico – qualificado pela Federação Paulista de Ciclismo – com função de auxiliar o técnico e o coordenador nas aulas e treinos.	Auxiliar Técnico	20 horas	Prestador de Serviço Pessoa Jurídica

9.2. PLANO DE TRABALHO

Lista de materiais e serviços necessários para execução deste Termo de parceria:

Bicicleta: freio a disco, quadro alumínio MTB, modalidade Mountain bike, gênero: unissex. Aro conforme demanda de inscrição.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

Nº ordem	Meta	Especificação	Indicador Físico		Valor	
			Unidade	Quant.	Unitário	Total
1	RECURSOS HUMANOS	Coordenador especialista na modalidade de ciclismo	Profissional	01	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
2	RECURSOS HUMANOS	Professor especialista na modalidade ciclismo	Profissional	02	R\$ 3.833,33	R\$ 91.999,92
3	RECURSOS HUMANOS	Auxiliar técnico	Profissional	01	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
1	UNIFORME	Camisetas para os participantes, com a identidade visual do projeto – 02 unidades por atleta.	Peças	120	30,00	R\$ 3.600,00
2	UNIFORME	Conjunto com 01 agasalho, 02 bermudas e 02 camisetas para os profissionais do projeto.	Peças	04	R\$ 300,00	R\$ 1.200,00
3	UNIFORME	Camisetas de ciclismo com zíper de 15 cm e 03 bolsos nas costas. Vivência de treinamento – 01 unidade por atleta.	Peças	60	R\$ 60,00	R\$ 3.600,00
4	UNIFORME	Bretelle forro antibactericida de lycra para treinamentos contínuos feminino – 01 unidade x 30 atletas - MTB.	Peças	30	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
5	UNIFORME	Bretelle forro com fios de carbono e pequeno bolso e alças para objetos necessário – vivência de treinamento masculino – 01 unidade por atleta - resistência.	Peças	30	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
6	UNIFORME	Bermudas poliéster, com zíper e 02 bolsos. Conter a identidade visual do projeto - 02 unidades por atleta. 10 unidades de reserva.	Peças	120	R\$ 15,83	R\$ 1.899,60

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

1	<i>MATERIAL ESPORTIVO</i>	Capacetes – equipamento de segurança para treinamento e competição.	unidades	70	R\$ 250,00	R\$ 17.500,00
1	<i>TRANSPORTE</i>	Ônibus, tipo rodoviário, com 48 lugares, para transporte de atletas p/ eventos externos: parque radical, Ibirapuera, estadual de ciclismo e outros eventos oficiais	Locação de Ônibus	10	R\$ 1.750,00	R\$ 17.500,00
1	<i>REFORÇO ALIMENTAR – CONSUMO</i>	Reforço alimentar, kit lanche 10 eventos – lanches para 48 participantes (contratação de serviços kit lanches) festival de encerramento	Kits	480	R\$ 8,33	R\$ 3.998,40
1	<i>APOIO ADMINISTRATIVO</i>	Serviço especializado em apoio administrativo p/ digitação, confecção de relatórios, conferência dos materiais e notas fiscais, arquivo dos documentos.	Serviço	1	R\$ 17.501,68	R\$ 17.501,68

PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa			Total	Concedente		Proponente	
Nº Ordem	Meta	Especificação		Consumo	Serviço	Consumo	Serviço
1		Recursos Humanos	R\$ 175.999,92		R\$ 175.999,92		
2		Uniformes	R\$ 17.499,60	R\$ 17.499,60			
3		Material Esportivo	R\$ 17.500,00	R\$ 17.500,00			
4		Transportes	R\$ 17.500,00		R\$ 17.500,00		
5		Reforço Alimentar	R\$ 3.998,40		R\$ 3.998,40		
6		Apoio Administrativo	R\$ 17.501,68		R\$ 17.501,68		
7		Taxas Federativas	R\$ 10.000,00				R\$ 10.000,00
Sub totais							
Total Geral			R\$ 259.999,60	R\$ 10.000,00 R\$ 249.999,60			

CRONOGRAMA DE REEMBOLSO (R\$ 1,00)

Concedente:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

Meta	Cat. Econ	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
2 e 3	304030 (consumo)	R\$ 34.999,60					
1,4,5 e 6	304039 (serviço)	R\$ 215.000,00					

Meta	Cat. Econ	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
2 e 3	304030 (consumo)						
1,4,5 e 6	304039 (serviço)						

Total: R\$ 249.999,60

Contrapartida:

Meta	Cat. Econ	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
7	304039 (serviço)	R\$ 10.000,00					

Meta	Cat. Econ	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
7	304039 (serviço)						

Total: R\$ 10.000,00

10.3. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

Valor total limite para execução deste Termo de Parceria: R\$260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

10 - Cronograma de execução do Projeto

Ações/atividades que serão desenvolvidas:

Primeiro mês:

- Contratação de RH; - Aquisição de materiais esportivos;
- Divulgação do projeto;
- Inscrição e seleção dos atletas; - Avaliação física;
- Iniciação aos treinamentos básicos;

Segundo mês:

- Treinamentos por periodização – Base;

Terceiro mês:

- Treinamento por periodização – específico de força e velocidade;
- Treinamento por periodização – específico de força e velocidade e resistência;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

Quarto mês:

- Treinamento por periodização – mesos ciclos;
- Treinamento por periodização – ritmos de prova;
- Início de cumprimento de calendário e metas individuais e coletivas;

Quinto mês:

- Treinamentos;
- Continuidade de cumprimento de calendário e metas individuais e coletivas;

Sexto mês:

- Treinamentos;
- Cumprimento de calendário e metas individuais e coletivas;
- Primeiro pico de meta a ser atingido com objetivos individuais;

Sétimo mês:

- Treinamentos e manutenção de performance;
- Cumprimento de calendário e metas individuais e coletivas;
- Primeiro Pico de meta a ser atingido com objetivos coletivos;

Oitavo Mês:

- Treinamentos moderados (7 dias de relaxamento e leve treinamento)
- Manutenção e ritmo de prova

Nono Mês:

- Treinamentos aumento gradativo de força e velocidade de performance;
- Manutenção em participação em competições;

Décimo Mês:

- Treinamentos em fase de alta performance;
- Segundo pico de Performance Individual;

Décimo primeiro Mês:

- Treinamentos em alta performance;
- Segundo pico de performance coletiva;
- Treinamento em fase transitória;
- Avaliação encerramento;
- Análise da temporada coletiva;
- Análise individual;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

Décimo Segundo Mês:

Relatório final, encerramento do projeto e apresentação da prestação de contas a Secretaria de Estado de Esportes.

11. Plano de Ação Anual

Atividades/Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejamento	X		X		X		X					X
Estruturação do Projeto	X											
Seleção de Beneficiários	X											
Relatórios Atitudinais			X			X			X			X
Atividades Contínuas com aulas e treinos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Participação de Eventos			X		X		X		X	X		X
Relatórios Mensais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Relatório Final											X	
Prestação de Contas											X	X

11.1. Caberá ao CONVENIENTE:

11.1.1. Contratar profissionais com experiência comprovada na área de atuação para ministrarem as aulas, apresentando Curriculum Vitae, respectivos certificados na contratação, bem como CREF4/SP, salvo exceções previstas pelo próprio Conselho.

11.1.2. Controlar diariamente a frequência dos alunos através de lista de presença. O modelo desse documento será fornecido pela Secretaria de Esportes e Lazer e deverá estar à disposição na unidade para consulta da comissão de fiscalização e análise do programa a qualquer tempo.

11.1.3. Manter no local um registro individual e atualizado dos alunos, contendo a autorização dos pais e/ou responsáveis, endereço e telefone do aluno, escola onde está matriculado, série/ano e período em que estuda.

11.1.4. Providenciar a imediata substituição do Profissional em caso de ausência do mesmo, para que não haja prejuízo no desenvolvimento das turmas.

11.1.5. Garantir o preenchimento regular de 60% (sessenta por cento) das vagas/inscrições estipuladas (matrículas), obrigatoriamente a partir do 2º mês, conforme cronograma de funcionamento das turmas;

11.1.6. Encaminhar para análise e autorização prévia da COORDENAÇÃO do programa todas as alterações no Plano de Trabalho.

12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO (MEMORIAL DESCRITIVO)

12.1. As aulas deverão ter 1 hora de duração e frequência mínima de 2 vezes na semana;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

12.2. Realizar no mínimo 2 (dois) eventos, o primeiro para integração de todos dos polos com entrega de camisetas e o segundo festa de encerramento dos polos;

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

a. Previsão de Início: Março de 2023

b. Previsão de Término: Março de 2023

c. Parcelas:

13 c 1. Número de Parcelas	13 c 2. Valor de cada parcela	13 c 3. Total Anual
1 parcela	R\$ _____	R\$ _____
11 parcelas	R\$ _____	R\$ _____
	Total	R\$ _____

Outras Informações sobre parcelas:

O repasse das parcelas mensais estará vinculado a apresentação de lista de presença dos alunos, prestação de contas parcial (mensal), vinculado ao cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal da Esportes e Lazer.

14. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Natureza da Despesa	PEA	Outros/R.P	Total
Pessoal e Obrigações (folha / encargos)			
Material de Consumo	R\$ _____		R\$ _____
Outros Serviços Pessoa Jurídica	R\$ _ _ _ _ _		R\$ _____
TOTAL GERAL	R\$ _____		R\$ _____

15. RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

FONTES	VALOR
Municipal	R\$ _____
Estado	
União	
Outras fontes	
TOTAL DO PROGRAMA	R\$ _____

16. VALOR PER CAPITA

O valor a ser repassado às Organizações da Sociedade Civil que vierem a firmar **TERMO DE COLABORAÇÃO** com a Administração Pública será firmado conforme tabela abaixo para atendimento em período integral de no mínimo 1 hora e 30 minutos para todas as idades, de acordo com Diretrizes da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

16a UNIDADE	16b VALOR PERCAPITA	16c QUANTIDADE	16d VALOR TOTAL MENSAL	16e VALOR TOTAL ANUAL
ALUNOS DE 12 A 17 ANOS	R\$ _____	60	R\$ _____	R\$ _____
16f TOTAL GERAL	R\$ _____	60	R\$ _____	R\$ _____

17. VALOR APURADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA

R\$ _____ (reais)

18. MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS, COMPATÍVEIS COM O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS VINCULADAS ÀS METAS E COM O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA, NÃO SE ADMITINDO PERIODICIDADE SUPERIOR A 1 (UM) ANO OU QUE DIFICULTE A VERIFICAÇÃO FÍSICA DO CUMPRIMENTO DO OBJETO:

Observação: A execução dos recursos financeiros deverá ser feita através de:

18.a. Comprovante de pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, efetuados obrigatoriamente através de: demonstrativo de pagamento (hollerith), Nota Fiscal Eletrônica de compra, serviços com recolhimento de ISS (Imposto Sobre Serviços) e retenção de recolhimento de IRRF (Imposto Retido na Fonte).

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

18.b. O pagamento deverá ser efetuado mediante transferência bancária do beneficiário (com cópia anexa do comprovante de pagamento).

18.c. A prestação de contas deverá ser mensal de acordo com a Lei 13019/2014.

19. PRAZOS DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL PELA PARCERIA:

O prazo para análise da prestação de contas mensal e quadrimestral será de até 10 dias úteis e, parafinal, de até 60 dias.

20. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Estando cumpridos os requisitos indicados no item 08 deste Edital, serão analisados pela Comissão de Seleção, os documentos relativos a pontuação das propostas, por linha de ação, de acordo com os seguintes critérios:

A) O Proponente manteve parcerias com Secretarias de Esporte de Prefeituras da região do Grande ABC, nos últimos 5 (cinco) anos:

Não = zero pontos

Sim, 5 (cinco) pontos, individualmente, para cada uma das parcerias. Exemplo: se forem 3 processos no ano de 2018 serão 15 pontos somados. Apresentação de Documentos comprobatórios obrigatória.

B) O Proponente manteve parcerias através de fomento ou termo de parceria, sempre na área esportiva, com o Governo do Estado de São Paulo ou Autarquias Estaduais, nos últimos 5 anos. Apresentação de Documentos comprobatórios obrigatória:

Não = zero pontos

Sim, 5 (cinco) pontos, individualmente, para cada uma das parcerias. Exemplo: se forem 3 processos no ano de 2018 serão 15 pontos somados.

C) O Proponente manteve parcerias através de fomento ou termo de parceria, sempre na área esportiva, com o Governo Federal ou Autarquias Federais, nos últimos 5 anos. Apresentação de Documentos comprobatórios obrigatória:

Não = zero pontos

Sim, 5 (cinco) pontos, individualmente, para cada uma das parcerias. Exemplo: se forem 3 processos no ano de 2018 serão 15 pontos somados.

D) Adequação do valor total das despesas indicadas no anexo IV, ao valor total dos limites indicado no item 9.4.1 “E” deste Edital:

O valor proposto é inferior ao valor indicado no item 9.4.1 “E” do Edital, na faixa de R\$1,00 a R\$50.000,00 = 5 pontos;

O valor proposto é inferior ao valor indicado no item 9.4.1 “E” do Edital, na faixa de R\$50.001,00 a R\$100.000,00 = 10 pontos;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

O valor proposto é inferior ao valor indicado no item 9.4.1 “E” do Edital, em mais de R\$100.000,00 = 15 pontos.

E) Possui recursos próprios ou oriundos da iniciativa privada, que facultativamente possa destinar para incremento de ações, serviços ou materiais não previstos neste Edital, visando aperfeiçoar ou melhorar o desenvolvimento do projeto:

Recursos oferecidos na faixa de R\$20.000,00 a R\$50.000,00 = 5 pontos;

Recursos oferecidos na faixa de R\$50.001,00 a R\$100.000,00 = 10 pontos;

Recursos oferecidos acima de R\$100.000,00 = 15 pontos.

F) A OSC está filiada as Federações Paulista de Esportes:

Não: 0 (zero) pontos;

Sim, 5 (cinco) pontos, individualmente, para cada uma das parcerias. Exemplo: se forem 3 processos serão 15 pontos somados.

G) A OSC está inscrita ou participa de competições realizadas por órgãos nacionais da modalidade Ciclismo MTB:

Não: 0 (zero) pontos;

Sim: 5 (dois) pontos, para cada uma das modalidades.

H) O Proponente está inscrito e aprovado no Cadastro Estadual de Entidades – CEE do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo - CRCE

Não: 0 (zero) pontos;

Sim: 5 (dois) pontos.

Serão desclassificadas as propostas que não atingirem a pontuação mínima de 20 (vinte) pontos, para atender assim, o grau, mínimo de adequação das propostas.

21. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

FASE I – Serão abertos os envelopes nº 1 dos proponentes e conferidos se foram atendidos todos os itens solicitados no item 7 deste Edital. **Os proponentes que apresentaram todos os documentos serão classificados para a fase II.**

FASE II - Serão abertos os envelopes nº 2 dos proponentes classificados. Todos os documentos serão vistos pelos presentes, inclusive os envelopes que não foram abertos, em seguida será encerrada a Reunião.

21.1. Os documentos da FASE II, serão analisados pela Comissão de Seleção, e pontuados nos termos do subitem 9.4.1. do edital critérios de **A a H**.

21.2. A Comissão de Seleção terá total independência para a análise, que deverá ser realizada no prazo de 05 dias corridos, sendo após, divulgado a classificação das propostas na ordem decrescente da pontuação obtida.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

21.3. No caso de empate, a classificação destas será efetuada considerando vitoriosa aquela que obtiver a maior nota no critério **A** do subitem 9.4.1. deste Edital, persistindo o empate, será considerada a maior nota no critério **D** do subitem 9.4.1. deste Edital.

21.4. Havendo absoluta igualdade de condições, a Comissão de Seleção para efeito de classificação, realizará sorteio.

21.5. A Comissão de Seleção, com apoio da Secretaria de Esporte e Lazer, deverá tornar pública a lista de classificação das propostas analisadas, cabendo recurso de tal decisão.

21.5. O recurso administrativo poderá ser interposto, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado e será endereçado ao Secretário de Esportes e Lazer, que o julgará, no máximo, em igual prazo, computado do dia seguinte ao término do prazo recursal.

21.6. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.7. O titular da Secretaria de Esporte e Lazer homologará o resultado chamamento público, providenciando a veiculação do referido ato no sítio oficial da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires.

21.8. A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

22. DOS CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO

O Projeto será analisado pela Comissão de Seleção (designada pelo órgão público), que seguirá os critérios estabelecidos neste Edital.

21.a As OSC's serão classificadas em ordem decrescente de pontuação.

21.b. As OSC's poderão interpor recurso, quanto à fase de Classificação de Projetos, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da data da decisão, que deverá ser encaminhado à Comissão de Seleção do Chamamento Público, através de protocolo, no horário das 10h às 16 horas.

23. SUSTENTABILIDADE DA OSC

23.a Se a OSC apresenta quadro de recursos humanos permanentes; se tem outras fontes de recurso e/ou apoio institucional; se tem espaço físico mantido pela própria.

24. COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

24.a Demonstrar se a OSC tem experiência comprovada na execução do serviço proposto;

24.b. Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de no mínimo um ano de capacidade técnica e, podendo ser admitidos, sem prejuízos de outros;

24.c. Instrumentos de parceria firmados com órgãos ou entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

24.d. Relatório de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

24.e. Currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes e tesoureiro;

24.f. Atestado de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

25. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A OSC, a partir da assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO, deverá oferecer igualdade de condições para permanência na escola e atendimento gratuito a todos os seus alunos, vedada a exigência de qualquer tipo de taxa e custeio de material didático, exceto a contribuição espontânea dos pais.

Ribeirão Pires, 13 de Janeiro de 2023.

EMERSON AP. GILARDE
Presidente da Comissão

ANDERSON RODRIGUES GRECCO
Secretário de Esportes e Lazer

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ribeirão Pires, inscrito no CNPJ nº 46.522.967/0001-34, situado a Rua Miguel Prisco, 288, Centro, Ribeirão Pires /SP, neste ato devidamente representado pelo Secretário de Esportes e Lazer, Sr. Anderson Rodrigues Grecco, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado CONCEDENTE e a Organização da Sociedade Civil _____, situada a Av./Rua _____, nº____, Bairro _____ CEP _____, - SP, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr.____, brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), portador(a) do RG nº____, inscrito(a) no CPF sob o nº____, residente e domiciliado(a) na Av./Rua _____, nº____, nesse Município, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Colaboração, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Colaboração tem por objeto _____.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1.2. Compete ao CONCEDENTE:

- I. Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Colaboração e no valor nele fixado;
- II. Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- III. Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração, prazo para corrigi-la;
- IV. Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;
- V. Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, o CONCEDENTE poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- VI. Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Colaboração;
- VII. Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;
- VIII. Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão de Análise de Projeto

- IX. Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Colaboração na imprensa oficial do Município.

1.3. Compete à OSC:

- I. Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo CONCEDENTE, observadas as disposições deste Termo de Colaboração relativas à aplicação dos recursos;
- II. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- III. Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV. Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- V. Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;
- VI. Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;
- VII. Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;
- VIII. Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- IX. Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Colaboração, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- X. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Colaboração;
- XI. Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XII. Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XIII. Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIV. Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas;
- XV. A responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

1.4. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Colaboração, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos ao CONCEDENTE, na hipótese de sua extinção.

2. O VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

2.1. O CONCEDENTE repassará a OSC o valor de R\$ _____ (reais) conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo de Colaboração, por intermédio de transferência em conta corrente específica, cujos dados deverão ser fornecidos pelo CONVENIENTE.

2.2. Para o exercício financeiro de 2023 fica estimado, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária específica para o exercício

2.3. Cronograma de Desembolso

Meta	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS

Meta	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS

2.4. Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

2.5. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia do CONCEDENTE.

3. DA CONTRAPARTIDA DAS OSCs

3.1. Será exigida contrapartida financeira. A contrapartida poderá ser prestada em bens e serviços cuja expressão monetária será identificada no Plano de Trabalho.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses (conforme previsto no plano de trabalho), podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CONCEDENTE em, no mínimo, 30 (trinta dias) antes do termo inicialmente previsto.

4.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração será feita pelo CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

5. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

- a. Mensalmente (Prestação de contas parcial), até o dia 10 do mês subsequente aos serviços prestados;
- b. Quadrimestral (Prestação de contas parcial), até o dia 10 de cada quadrimestre;
- c. Anualmente (Prestação de contas final), até 60 (sessenta) dias, a contar do término do prazo do termo de colaboração.

5.2. A prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios, conforme modelos disponibilizados pelo Município:

- I. Relatório circunstanciado de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos (levantamento fotográfico, entre outros) de comprovação da realização das ações;
- II. Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, conforme modelo disponibilizado pelo Município;
- III. Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;
- IV. Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;
- V. Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC, conforme modelo disponibilizado pelo Município;
- VI. Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 5 (cinco) dias após o término da vigência deste Termo de Colaboração;
- VII. Utilizar o modelo de carimbo de pagamento, determinado no Manual de Parcerias junto ao Terceiro Setor.

5.3. No caso de prestação de contas parcial, os relatórios exigidos e os documentos referidos no item 6.2 deverão ser apresentados, exceto o relacionado no item VI.

6. FORMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1. O CONCEDENTE promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

6.2. O CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração através de seu gestor, que tem por obrigações:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III. Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas (mensal e final), com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

- IV. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

6.3. A execução também será acompanhada por profissionais técnicos da Secretaria de Esportes e Lazer.

6.4. O CONCEDENTE emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e osubmeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

6.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

- I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III. Valores efetivamente transferidos pelo CONCEDENTE;
- IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração.
- V. Análise de eventuais auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.6. No exercício de suas atribuições o gestor e os profissionais técnicos da Secretaria de Esportes e Lazer poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

6.7. Sem prejuízo da fiscalização pelo CONCEDENTE e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

6.8. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, o CONCEDENTE tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

7 – OBRIGATORIEDADE DE RESTITUIÇÃO DE RECURSO

7.1 - Restituir ao CONCEDENTE os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito neste Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

7.2 – Fazer a restituição dos rendimentos financeiros exceto se autorizado a plicar no objeto;

7.3 – Fazer a restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado a reprogramar.

8 – OBRIGAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

8.1 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

9 – O LIVRE ACESSO DE AGENTES PUBLICOS

9.1 - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;

10 – DA RESCISÃO

10.1 - É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Colaboração, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. O CONCEDENTE poderá rescindir unilateralmente este Termo de Colaboração quando da constatação das seguintes situações:

- I. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II. Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- III. Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Colaboração.

11- DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Pires/SP para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Colaboração.

11.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria do Município.

12- DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

12.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Colaboração, sendo vedado:

- I. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
- II. Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pelo CONCEDENTE;
- III. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- IV. Pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
- V. Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
- VI. Custear despesas com:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

- a. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos do CONCEDENTE na liberação de recursos financeiros;
- b. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e
- c. Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015.

12.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pelo CONCEDENTE.

12.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

12.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do CONCEDENTE.

12.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

12.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

13 – RESPONSABILIDADE DA CONCEDENTE PELO PAGAMENTO DOS ENCARGOS

13.1. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

14 - DAS ALTERAÇÕES

14.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

14.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

15. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

15.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

- 15.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades;
- 15.2.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por até 02 (dois) anos;
- 15.2.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir ao CONCEDENTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Colaboração, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Ribeirão Pires, _____ de _____ de 2023.

ANDERSON RODRIGUES GRECCO

Secretário de Esportes e Lazer

ENTIDADE Representante Legal

Testemunha 1:

Nome/RG

Testemunha 2:

Nome/RG

ANEXO III

PLANO DE TRABALHO

1- IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO / PROGRAMA

1a. Título:

1b. Objeto:

1c. Período de Execução:

2. IDENTIFICAÇÃO

2a. Entidade:

2b. CNPJ:

2c. Endereço:

2d. Município:

2e. UF

2f. CEP:

2g. Telefone:

2h. Fax:

2i. E-mail

2j. Nº conta-corrente

2k. Banco:

2l. Agência

2m. Dirigente:

2n. CPF:

2o. RG:

2p. Cargo:

2q. Endereço Residencial:

2r. Município:

2s. UF:

2t. CEP:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

2u. Telefone:

2v. Fax:

2w. E mail:

2x. Responsável pelo Projeto:

2y. CPF

2z. RG

3. OBJETIVOS

3.1 – Geral:

3.2 – Específicos:

4. JUSTIFICATIVA:

5. PRAZO PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E O CUMPRIMENTO DAS METAS

5.a Meta

5.b Etapa/Fase

5.c Especificação Rua _____

5.d Unidade de Medida

5.e Quantidade

5.f Início

5.g Término

6. DEFINIÇÃO DOS INDICADORES, QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS, A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

7. EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA:

8. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO (MEMORIAL DESCRITIVO)

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9a. Previsão de Início:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

9 b. Previsão de Término:

9 c. Parcelas:

9 c 1. Número de Parcelas 10

9c 2. Valor de cada parcela

9c 3. Total Outras Informações sobre parcelas:

10. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

11. RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO:

12. VALOR PER CAPITA

12 a. Valor Per Capita

12 b. Quantidade

12 c. Valor Total

12 d. TOTAL GERAL

13. VALOR SOLICITADO NESTE PLANO DE TRABALHO

14. MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS, COMPATÍVEIS COM O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS VINCULADAS ÀS METAS E COM O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA, NÃO SE ADMITINDO PERIODICIDADE SUPERIOR A 1 (UM) ANO OU QUE DIFICULTE A VERIFICAÇÃO FÍSICA DO CUMPRIMENTO DO OBJETO:

15. PRAZOS DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL PELA PARCERIA:

16. SUSTENTABILIDADE DA OSC:

17. COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA:

18. AUTENTICAÇÃO:

19 a. Local/Data:

19b. Representante Legal: Presidente (NOME)

19c. Assinatura:

19d. Responsável pelo projeto: (NOME)

19 e. Assinatura:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

ANEXO IV

ORÇAMENTO DETALHADO

1-IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO / PROGRAMA

1a. Título:

1 b. Objeto:

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

2 a. Entidade

2 b. CNPJ:

3. ORÇAMENTO DETALHADO

Item	Descrição das Despesas	Natureza da Despesa	Unidade	Qtde	V.Unit	Total

4. RESUMO DO ORÇAMENTO DETALHADO

Natureza da Despesa:

Outros Serviços Pessoa Jurídica

Material de Consumo

Outros Serviços Pessoa Física

Total

5. AUTENTICAÇÃO

Local/Data:

Responsável Legal:

Presidente (nome/ assinatura)

Responsável pelo projeto (nome/assinatura)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

ANEXO V

QUADRO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS /SERVIÇOS

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO
Professores (PF ou PJ)	Preferencialmente profissionais/serviços de educação física (Graduado/Provisionado na modalidade), registrado no CREF4/SP com mínimo de 2 anos de experiência comprovada

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÕES

(NOME E LOGO DA OSC)

1 - DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

Eu..... portador (a) do RG nº
....., inscrito no CPF nº....., Presidente da Entidade
....., inscritano CNPJ sob onº , declaro, para os devidos
fins, que nenhum dos nossos funcionários/prestadores de serviços mantém vínculo de emprego
(concursado ou comissionado) com a Prefeitura do Município da Estância Turística de
Ribeirão Pires.

Ribeirão Pires, de..... de 2023 _

(Assinatura do Representante Legal)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

(NOME E LOGO DA OSC)

2 - DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE PARENTES

Eu,....., portador do RG
nº, inscrito no CPF sob o nº, Presidente da
entidade, inscrita no CNPJ sob o nº
....., declaro não haver contratação de empresas pertencentes a
parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto ou de membros do
poder público contratante.

Ribeirão Pires, de de 2023.

(Assinatura do Representante Legal)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

(NOME E LOGO DA OSC)

3 - DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE PARENTES

Eu,, portador do RG
nº, inscrito no CPF sob o nº, Presidente da
entidade, inscritano CNPJ sob o nº
....., declaro não haver
contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto ou
de membros do poder público contratante.

Ribeirão Pires, de.....de 2023.

(Assinatura do Representante Legal)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

(NOME E LOGO DA OSC)

4- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E COMPROMISSO

A entidade.....,
inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio do presidente que
abaixo assina, declara, para os devidos fins, que tem conhecimento e se compromete a
desenvolver as ações conforme a metodologia proposta pelo Serviço descrito no Plano de
Trabalho, referente ao Chamamento Público nº

Ribeirão Pires,..... de.....de 2023.

(Assinatura do Representante Legal)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

(NOME E LOGO DA OSC)

5- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL

A entidade,
inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio do presidente
que abaixo assina, declara, para os devidos fins, conhecer e aceitar todos os termos e
condições apostos no Edital de Chamamento Público nº _____/2023, que visa
selecionar projeto para a efetivação das políticas públicas municipais em consonância com a
Secretaria de Esportes e Lazer, no Município de Ribeirão Pires.

Ribeirão Pires, de.....de 2023.

(Assinatura do Representante Legal)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

(NOME E LOGO DA OSC)

**6 - DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI MEMBROS DO PODER PÚBLICO NO
QUADRO DE DIRIGENTES**

Eu, portador (a) do RG nº , inscrito no CPF sob o nº , Presidente e em nome da Entidade , inscrita no CNPJ sob o nº , para cumprimento do Artigo 174, Inciso IX da Instrução 02/2016 do TCE/SP, declaro que a _____(nome da entidade) não possui em seu quadro dirigente membros do Poder Público do Município de Ribeirão Pires ou do Ministério Público, ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Ribeirão Pires,..... de.....de 2023.

(Assinatura do Representante Legal)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão de Análise de Projeto

(NOME E LOGO DA OSC)

7 - DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA-CORRENTE

Declaro, para os devidos fins, que a entidade
....., inscrita no CNPJ sob o nº
..... procederá à abertura de conta-corrente, para o
exclusivo recebimento de valores a serem repassados em decorrência da parceria firmada com o
município de Ribeirão Pires, por intermédio da Secretaria de Esportes e Lazer, em conformidade
com o previsto no Edital de Chamamento Público nº ____/2023.

Ribeirão Pires,de de 2023.

(Assinatura do Representante Legal)